

# Sessão Comemorativa dos 20 anos da APS 8 de Setembro de 2005

**João Ferreira de Almeida**

## Vinte anos da APS em Portugal

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmo. Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso  
Exma. Senhora Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian  
Exma. Senhora Presidente da APS – Professora Anália Torres

Senhores Ministros  
Senhores Embaixadores  
Senhor Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Senhores Reitores  
Representantes de Instituições

Caros Convidados, Caros Colegas e Caros Amigos

Tenho muito prazer e muita honra em estar aqui, participando activamente na celebração do 20º aniversário da Associação Portuguesa de Sociologia, mesmo sabendo que essa presença activa se deve ao sempre duvidoso privilégio da senioridade.

Convidado a dizer algumas palavras, prometo ser breve e resistir à tentação de esboçar um balanço da sociologia que temos vindo a praticar em Portugal.

Em termos da história da disciplina, lembrarei apenas que, obviamente sem medida comum com a dimensão e o vigor da sociologia norte-americana – que celebrou no mês passado o 100º aniversário da sua Associação – nem a produtividade inaugural da grande tradição europeia dos finais do Século XIX, também por esse tempo se tentava aqui timidamente alguma consagração universitária da disciplina e se traduziam, por exemplo, os escritos de Durkheim. Os anos vinte do século passado fecharam a porta, ao trazerem a ditadura com toda a sua ferocidade repressiva e a sua imensa duração.

Os primeiros esforços sistemáticos para recolocar a disciplina no mapa das Ciências Sociais no que respeita à investigação e ao ensino, o que aconteceu sobretudo ao longo dos anos 60, devem-se, como é sabido, a Adérito Sedas Nunes. Só Abril de 74, contudo, permitiu finalmente trazer à luz do dia a possibilidade real de pesquisa e a desejada institucionalização universitária.

Sedas Nunes continuava a ser o responsável primeiro do novo surto e pôde ainda acompanhar os passos organizativos da futura APS, na década seguinte.

Julgo, pelo meu lado, que a nossa Associação foi bem nascida.

Nasceu a encorajar a internacionalização e o trabalho comparativo, condições necessárias da produção científica. Por isso se inscreveu desde logo na ISA -

International Sociological Association – que por circunstância feliz era ao tempo presidida pelo Prof. Fernando Henrique Cardoso.

Nasceu com ilimitada ambição – que todos partilhávamos – de melhor conhecer a nossa sociedade, com todas as consequências positivas que esse melhor conhecimento traria. Sem prescindir da independência que é condição de vida de toda a produção científica, queríamos também que as políticas públicas aproveitassem as novas disponibilidades. Nesse plano houve imediatamente ecos positivos, de que é exemplo simbólico e decisivo a presença e o apoio, na fundação e logo no 1º Congresso, do Presidente da República, Doutor Mário Soares. E é necessário sublinhar e agradecer idêntico e continuado apoio do Senhor Presidente Jorge Sampaio.

Nasceu a encorajar a diversidade de perspectivas sobre os problemas, a diversidade de instrumentos teóricos e metodológicos que constitui o arsenal da disciplina. Tínhamos entendido bem o carácter pluriparadigmático da sociologia. Na prática, a relativa periferização do país e a sua pequena dimensão tornariam ridícula qualquer tentativa de auto-suficiência e até as nossas competências linguísticas diversificadas nos iam facilitando, para enfrentar as questões encontradas, a busca activa de recursos e apoios onde eles pudessem ser encontrados nas várias tradições sociológicas internacionais.

Nasceu a encorajar a abertura pluri, inter e transdisciplinar. Se havia alguma tensão entre, por um lado, a necessidade de afirmar a disciplina conferindo-lhe identidade e visibilidade e, por outro, o desejo de praticar cumplicidades variadas com todos os campos científicos, a verdade, a meu ver, é que se foram conseguindo equilíbrios virtuosos entre os dois objectivos, e isso tanto no plano do ensino como no da investigação.

Nasceu, finalmente, a valorizar em simultâneo essas actividades de ensino e pesquisa e todas as outras actividades profissionais que a sociologia também informa. Se fosse necessário eleger um factor principal, mais saliente, para explicar a vitalidade duradoura e crescente da nossa Associação, eu escolheria provavelmente este. Foi possível assim recusar, desde o início, distinções entre o “puro” e o “impuro”, o primeiro como apanágio da Academia e o segundo caracterizando uma espécie de sociologia da 2ª divisão. Incipiente ainda nesses meados dos anos oitenta, a sociologia profissional na administração central e local, nas empresas, nas equipas de projecto, nas consultorias, ganhou rapidamente dimensão e importância pela capacidade de contribuir para a resolução informada de problemas múltiplos.

Os trinta anos de prática sociológica no país permitem responder positivamente, creio eu, à clássica e legítima pergunta funcionalista: para que serve, afinal a sociologia? É um saber para quê e para quem?

Serve, como se sugeria, para responder a problemas sociais, para informar políticas públicas, para colaborar utilmente com disciplinas do campo das ciências sociais e das ciências da natureza nos inúmeros domínios em que tal colaboração é necessária.

Mas gostava agora de chamar a atenção para uma outra utilidade, que por ser difusa e silenciosa terá porventura visibilidade mais reduzida. Refiro-me ao contributo que a sociologia dá para aumentar a reflexividade da sociedade portuguesa, para o autoconhecimento que constitui condição de cidadania. Por múltiplas vias, quase todas alheias a pedagogias intencionais, os instrumentos conceptuais que a disciplina cumulativamente foi forjando e os resultados da sua

aplicação, vão sendo transferidos para camadas alargadas da nossa sociedade, permitindo escolhas mais informadas na configuração do nosso futuro colectivo.

Acredito assim, com toda a convicção, na vitalidade da sociologia que praticamos. Mas não queria deixar a ideia duma avaliação panglossiana do estado das coisas.

São também múltiplas as dificuldades, a maior parte das quais ligadas aos contextos das nossas sociedades, que sendo sociedades de informação e conhecimento, são simultaneamente sociedades de risco, de incerteza, de desigualdade, de insegurança e de medo. Não irei falar, evidentemente, nem desses aspectos negativos dos contextos sociais, nem dos obstáculos que eles induzem em planos diversos da prática científica.

Deixem-me apenas enunciar agora, telegraficamente, algumas questões com que a nossa disciplina se vai confrontando e de cuja boa solução depende a sua progressiva afirmação útil na sociedade portuguesa.

Alguns autores têm chamado a atenção para o que consideram ser a transição entre o modo tradicional de produzir e aplicar o conhecimento científico e um outro modo que agora se está a afirmar.

No modo tradicional, a produção científica tem base disciplinar, define-se a partir de iniciativas e interesses académicos e legitima-se através de comunicações e de publicações apreciadas pelos pares.

No novo modo, que esses autores designam por modo 2, a produção tem à partida preocupações de aplicação e intenção directa de utilidade para grupos sociais específicos. Ela resulta de parcerias pluridisciplinares, que ultrapassam, aliás, as meramente académicas. Por último, tal produção científica legitima-se se resolver, efectivamente, problemas sociais.

É certamente preciso levar a sério essas diagnosticadas evoluções. A meu ver, no entanto, não se trata da passagem radical de uma forma a outra, seguindo a moda do *posd* tudo que vemos aplicada, a esmo, no diagnóstico das nossas sociedades contemporâneas.

Do que se trata é da desejável coexistência e combinação dos dois modos, sendo certo que, como têm afirmado as epistemologias racionalistas não positivistas, o conhecimento é também uma conversação, um processo dialógico.

Questão decisiva é a de saber se deveremos recear uma distância crescente entre a relevância científica da sociologia e a sua relevância social. A resposta não é simples e depende da avaliação de factores que envolvem os investigadores eles próprios, as instituições em que a pesquisa se desenvolve, o funcionamento das redes internacionais, as grandes orientações das instâncias nacionais e internacionais de financiamento.

Como costuma acontecer, também neste plano se manifestam tendências de sinal contrário, que dificultam as cenarizações do futuro.

Diversos elementos negativos têm a ver, para dar um exemplo, com repercussões da crise financeira do Estado que, entre muitos outros efeitos, tem crescentemente dificultado o recrutamento de investigadores e de professores e por aí vai envelhecendo as universidades e os centros de pesquisa.

Mas é possível, em contrapartida, enunciar evoluções positivas, como é o caso de se ter entendido que as infra-estruturas no campo das ciências sociais devem

incluir grandes bases de dados comparativos internacionais, construídos com o necessário rigor teórico, metodológico e técnico. O European Social Survey, apoiado em Portugal pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e envolvendo já, na sua segunda aplicação, 25 países europeus, constitui um desses exemplos de muito alta qualidade e utilidade.

Problema central parece ser, a este nível, o de impedir que se venha a manifestar, no nosso país, o chamado “captive mind syndrom”, conduzindo ao definhamento, por insuficiência de autonomia, da investigação orientada por questões relevantes.

Há que combinar programas nacionais e internacionais bem coordenados e negociados, com espaços de iniciativa das comunidades científicas. Esses doseamentos sábios são tanto mais necessários no campo da sociologia, quanto ela tem hoje por objecto modernidades múltiplas e múltiplas globalizações, com as suas simultaneidades parcialmente contraditórias.

Outros perigos ameaçam também a sociologia que praticamos. Um deles é o da banalização que corresponderia a assimilá-la e reduzi-la a sondagens de opinião, a intervenções de marketing, a consultorias variadas. Nenhuma indignidade fere tais actividades. Mas é também aí que mais se faz sentir o que tenho chamado o “efeito zelig”. Recordarão que no já antigo filme de Woody Allen o personagem central – Zelig – por ele próprio representado, ia-se fisicamente transformando até ficar igual, até ficar um clone, de cada um dos seus interlocutores. Ora a deontologia não nos permite excessos de empatia com clientes. O nosso ofício implica ajudar a formular os pedidos e a construir as respostas com autonomia.

Discute-se muito hoje, na sociologia norte-americana, se se deve, e como fazê-lo, tornar a sociologia mais pública. A “public sociology” não é activismo social – obviamente legítimo em si mesmo – mas o prolongamento da actividade profissional. Em Portugal, julgo que temos feito essa prosa sem o saber. Mas há clara vantagem em construir estratégias expressas, que passam por aumentar a confiança pública no trabalho e nas capacidades da disciplina. Passam por ajudar a definir as agendas sociais. Passam por multiplicar os receptores das nossas mensagens, agilizando temas, problemas e linguagens.

Aqui é essencial conseguir, para além da receptividade dos cidadãos em geral, que os decisores políticos e económicos tenham noção clara das virtualidades do nosso trabalho e que se ganhe a cumplicidade mediadora dos jornalistas, sem tentação de colonizações recíprocas.

Muito poucos sociólogos portugueses assimilarão hoje o prestígio académico ao confinamento nos seus gabinetes ou a obscuridades propositadas da linguagem utilizada. A regra – que como sempre não deve, em todo o caso, odiar as excepções – tem sido a da participação em debates públicos e noutras formas de comunicação alargada. E, saudavelmente, também numa forma geral, essas intervenções distinguem bem aquilo que se faz do lugar do ofício sociológico e que tem de ter por suporte estudos e pesquisas específicos, do que se faz transmitindo a sua própria e legítima opinião – a sua doxa enquanto cidadãos.

A jornada da sociologia portuguesa é ainda breve. Para se projectar no futuro terá de continuar a desenvolver capacidades no sentido de ajudar a construir uma reflexividade social democrática, emancipadora e cidadã. A nossa ética é relacional e crítica. O conformismo não constitui uma das nossas virtudes.

Deixem-me terminar como o fiz, quase 20 anos atrás, no nosso Iº Congresso. Citei então Júlio Cortázar, na sua “Volta ao Dia em 80 Mundos”, quando escreveu que havia uma espécie de acordo de cavalheiros entre a circunstância e os

circunstanciados: diziam estes para a circunstância – “tu não me arrancas dos meus hábitos e eu não ando a escarafunchar-te com um palito”.

O que eu continuo a pensar é que o sociólogo não pode subscrever esse acordo de cavalheiros. Deve, pelo contrário, sem ilusões de escapar à situação de circunstanciado, continuar a beliscar e a questionar as circunstâncias.

Lisboa, 8 de Setembro de 2005  
João Ferreira de Almeida